

O Futebol Feminino como exemplo da inserção das mulheres no esporte e a importância da educação física escolar neste processo¹

Thaís Ramos Pereira Vendruscolo²

Resumo: O presente artigo tem por finalidade levantar historicamente a trajetória da mulher do futebol feminino, apontando seus desdobramentos a partir da década de 60 até os dias atuais. No decorrer da história a mulher teve que conquistar o seu espaço na sociedade e consequentemente no esporte. A legislação no Brasil por meio do Conselho Nacional do Desporto ao julgar que o esporte poderia afetar a sua natureza, até o fim da década de 80 proibiu as mulheres de o praticarem, dentre eles o futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e basebal. E entende-se que a Educação Física no ambiente escolar poderá contribuir para a emancipação da mulher do esporte, com ênfase no futebol, por meio de discussões que poderão fortalecer a construção de uma sociedade equânime.

Palavras-chave: Futebol Feminino, Esporte, Educação Física Escolar.

1. Introdução

A participação das mulheres no contexto esportivo é fortemente associada ao papel que ao longo da história exerceu na sociedade, pois por muito tempo não podia participar das decisões em sociedade e muito menos participar de eventos esportivos.

No Brasil a legislação estabelecida no regime militar corroborou com o atraso para a expansão do futebol feminino (FF), pois proibiu que mulheres praticassem esportes para não afetar a sua natureza, impedindo a prática do futebol até o fim da década de 70.

É perceptível a diferença que existe na prática do futebol feminino em comparação ao futebol masculino. Esta distinção está evidenciada nas mídias de comunicação, impressa na cultura popular, inclusive no ambiente escolar, apesar de esforços que buscam a mudança dessa realidade.

Em virtude das dificuldades relacionadas ao crescimento, expansão da modalidade, e visibilidade de que o futebol feminino enfrenta hoje no Brasil, uma vez que o futebol é uma das modalidades mais praticadas no país, tem-se uma necessidade de promover essa atividade nas

¹Trabalho apresentado no GT - Mulheres do Futebol, 4º Simpósio Internacional de Estudos do Futebol.

² Graduada em Enfermagem (2013) pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP) e-mail: thaisrpvendruscolo@gmail.com

escolas com o intuito de expandir e popularizar a sua prática. A educação física poderá ser o instrumento para desempenhar esse papel na escola.

Por este motivo conhecer e compreender melhor as dificuldades que o futebol feminino enfrenta no país, o presente estudo tem por finalidade realizar um levantamento bibliográfico sobre esta temática baseada em literatura produzida por estudiosos da área no intuito de conseguir relatar esses impedimentos que existe ao FF quando comparado ao futebol masculino. E poder ainda discorrer sobre a importância da educação física escolar neste processo, bem como expor sobre esta temática a fim de provar a defasagem da modalidade para o gênero feminino e descobrir os desdobramentos que esta causa.

Neste artigo trataremos a educação física no ambiente escolar como ferramenta capaz de promover a inserção do FF na escola por meio da forte atuação do professor de educação física como agente promotor de discussões na construção de uma sociedade que saiba respeitar as diferenças, promover debates para que o aluno seja sujeito crítico e possa transformar a sociedade em que vive.

2. Desenvolvimento

2.1. História do Futebol Feminino

As dificuldades de acesso à prática de esportes pelas mulheres ao longo da história, muitas vezes esteve associado ao papel que esta representa na sociedade que por muito tempo tinha como prioridade valores patriarcais, não havia muita aprovação da sua participação nos ambientes sociais, econômico e político (RUBIO & SIMÕES, 1999; MASSUCATO & HATA, 1989). Era importante que as mulheres tivessem responsabilidades com a família e a casa, o que favoreceu por muito tempo a sua restrição às práticas esportivas (GROELLNER, 2005(a), p. 86).

Segundo Massucato e Hata (1989) as mulheres participaram pela primeira vez em uma Olimpíada em 1900, e destaca também que o atraso da participação das mulheres no esporte, é devido à função histórica que exerce na sociedade, participação essa que por diversas vezes é considerada imprópria.

A participação das mulheres brasileiras em evento esportivo a nível mundial ocorreu nas Olimpíadas Modernas e promoveu questionamentos sobre as renovações que a modernidade proporcionava aos corpos da mulher, como o desnudamento do corpo, bem como o medo do êxito nas atividades esportivas e a ameaça a sexo oposto (GROELLNER, 2005(b), p 145).

Em meio a essas discussões, o país vivenciava um período ditatorial, regime esse de ditadura militar que em 1941 instituiu o decreto-lei nº 3199 que vigorou até o ano de 1975 onde estabelecia as bases de organização dos desportos no país e o artigo 54 determinava:

[...] Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país (CASTELHANI FILHO, 1989, p. 89).

O Conselho Nacional de Desporto (CND) em 1965 por meio da deliberação nº7 proferiu instruções sobre a prática de desportos pelas mulheres:

[...] nº1 Às mulheres se permitirá(!) a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observando o disposto na presente deliberação nº2 Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza: *futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e basebal* (CASTELHANI FILHO, 1989, p. 89, grifo nosso).

Com a revogação dessa lei em 1979 pelo CND, permitiu-se a prática das modalidades esportivas até então coibidas e em 1986 o CND instruiu algumas recomendações no sentido de promover a participação das mulheres nas diferentes modalidades esportivas (CASTELLANI FILHO, 1989).

Após essa revogação permitiu a expansão de um movimento que já se iniciava por mulheres da classe trabalhadora que se reuniam com o propósito de praticarem o futebol e organização dos primeiros campeonatos femininos (SOUZA & DARIDO, 2002; GROELLNER, 2005(b), p. 147)

Salles e Moriel (2006) descreveram a trajetória do FF no Brasil e destacaram que embora tenha iniciado a sua prática nos anos 1970, o mesmo não evoluiu satisfatoriamente. E enumera algumas dificuldades que influenciaram nesse atraso como: a prática era prejudicial à saúde das mulheres; a ausência de estudos sobre a fisiologia da mulher no esporte favoreceu preconceitos e impediu a sua prática; concepção sexista favoreceu as desigualdades de gênero; a análise das semelhanças de desempenho feminino com o masculino; a exposição e comparação de rendimento entre o futebol masculino e feminino.

Para Mourão e Morel (2005) ao acompanhar as narrativas da mídia impressa, observaram que ao longo da história, o futebol é visto como um universo de atividades sociais masculinas, portanto é pertencente ao domínio masculino, o que dificultou a prática esportiva pelas mulheres.

Ainda que anteriormente tenha havido partidas não oficiais do FF, foi na década de 80 com o E. C. Radar-RJ que a modalidade ganhou popularidade devido à campanha vitoriosa do Clube, um período em que o FF também evoluiu tecnicamente, aumentando o número de praticantes e com melhor estruturação e organização dos campeonatos (SALVIANI; MARCHI JUNIOR, 2016; SALLES; MORIEL, 2006).

O estudo de Sardinha (2011) com o objetivo de pesquisar sobre a história do FF e suas organizações evidenciou que das 26 federações registradas na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), 16 apenas faziam referências ao FF.

Segundo estudo de Moriel e Salles (2006) que retrata a história do FF, a CBF estimou que houvesse em torno de 400 mil mulheres jogando futebol no Brasil. Quando comparamos esse dado com EUA, país onde a modalidade é mais praticada e representa 60% das profissionais do mundo, há 12 milhões de mulheres que praticam o futebol. Em São Paulo, estado que indicou maior número de praticantes, apenas 206 atletas eram federadas e somente 10% eram profissionais.

A CBF (2018) e a CONMEBOL em conformidade com a FIFA lançaram em setembro de 2017 uma série de exigências e critérios aos clubes brasileiros no intuito do fortalecimento e desenvolvimento do FF no país:

[...] (a) o clube deverá demonstrar que possui uma equipe principal feminina disputando competições estaduais ou nacionais no ano de 2018, ou, então, deverá demonstrar que a sua equipe disputará competições oficiais em 2019. Caberá ao clube apresentar a lista de atletas e o respectivo regime de contratação. Como alternativa à equipe própria, o clube poderá manter um acordo de parceria, ou, então, formatar uma associação com outro clube que mantenha equipe feminina principal devidamente estruturada e disputando competições oficiais em 2018 ou a partir de 2019.

(b) o clube deverá descrever também qual a estrutura que está ou estará à disposição do futebol feminino, cobrindo, por exemplo, os seguintes pontos: o suporte na área técnico-desportiva; os dados para contato de toda a equipe técnica e da equipe médica, ambas dedicadas ao futebol feminino; a indicação das instalações de treinamento; a indicação dos locais para disputa das partidas oficiais; os eventuais contratos de patrocínio que destinam recursos específicos para a equipe feminina etc.; e

(c) o clube deverá informar como incentivará o futebol feminino nas categorias de base, seja por meio de equipes próprias ou então com acordos de parceria ou associação junto a outras entidades privadas, governos estaduais ou municipais etc. Do mesmo modo, caberá ao clube fornecer à CBF cópia da íntegra de referido instrumento contratual, para que todos os aspectos de referida parceria ou associação possam ser avaliados pelo licenciamento. (CBF, 2018)

Esta iniciativa aparenta ser um incentivo de peso ao progresso do FF no país, pois apostaram na inteligência de vincular algumas medidas que interferem também no futebol masculino caso não sejam providenciadas, afinal o estudo ainda indica que a partir de 2019 para conseguir disputar a Taça Libertadores da América, os clubes deverão demonstrar que têm uma equipe de FF.

2.2. O papel da educação física escolar e o FF

Essas iniciativas acima conseguirão ser efetivamente implementadas mediante ao fortalecimento do FF nas escolas, enquanto uma prática esportiva alicerçada pelo trabalho do professor de educação física. Neste contexto deverá exercer o papel fundamental de facilitador dos educandos ao construir, desconstruir e transformar em conjunto o cenário pelo qual estão vivenciando e anseiam por mudanças.

Historicamente a educação física escolar compreende esta necessidade e por isso disponibiliza uma série de documentos, dentre eles o Parâmetro Curricular Nacional, a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base Nacional Curricular Comum, e ideias construídas por pensadores da área que exaltam uma formação global do sujeito:

[...] entendemos que a principal tarefa da educação física na escola é introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, da dança e das ginásticas em benefício de sua qualidade de vida. A educação física também propicia aos alunos como os outros componentes um certo tipo de conhecimento. Mas não é um conhecimento que se possa incorporar dissociado de uma vivência concreta. A educação física não pode se transformar em um discurso sobre a cultura corporal de movimento sob pena de perder sua especificidade, ela deve se constituir como uma ação pedagógica com aquela cultura (BETTI, 1998, p.19).

Apesar das iniciativas para que o FF se desenvolva no país, é fundamental que ele seja trazido para as escolas e o professor de educação física enquanto agente responsável desse processo deve guiar os alunos e aproveitar a oportunidade de promover uma série de discussões que vão desde as dificuldades que a modalidade vivencia ao longo da história até questões de gênero, preconceito e a inserção da mulher na sociedade e consequentemente no esporte.

Bastos e Navarro (2009) ao realizaram um levantamento sobre o futsal feminino escolar, evidenciaram que no grupo A (Equipes de Treinamento de Futsal Feminino do Colégio São Luís) 73% das alunas manifestaram acentuado interesse pela prática do futsal e no grupo B (alunos de educação física do 5º ao 3º ano do ensino médio) preferiram o futsal em 22% das vezes, e quando analisado série a série, a preferência pelo futsal foi maior que voleibol, basquete e handebol.

Somando-se às novas medidas que vêm sendo estabelecidas para fortalecer e valorizar o FF, o técnico da atual da seleção brasileira de FF, Vadão, destacou em reportagem realizada por Cíntia Barlem em 2016 intitulada “Futuro sem Martas? Brasil sofre em busca de base no futebol feminino” que: “... não adianta 1000 projetos se as prefeituras e as escolas não colocarem o FF no currículo. Nos outros países não é algo só esportivo, mas sim social...”.

Contudo, de certa forma o futebol já faz parte do currículo das escolas, pois a educação física escolar costuma trabalhar e incentivar as modalidades desportivas no seu leque de possibilidades pedagógicas. Tal como Vadão aponta, o FF é também social, o que significa que a luta por sua emancipação deve estar dentro e também fora dos muros escolares.

Neves e Fagundes (2012) ao investigar as possibilidades percorridas pelas alunas para praticar o futebol na escola, por meio de um questionário com atletas sub 15 e com atletas adultas, evidenciaram que apenas 20 e 25% das atletas iniciaram a prática esportiva na escola, porém destas, 100% foram apoiadas pelo professor de educação física.

Logo, por mais que haja dificuldades e os números não seja tão expressivo quanto gostaríamos ou esperávamos que fossem a importância do professor de educação física é crucial para somar no empenho de construir uma sociedade mais igualitária, com sujeitos que pensam o corpo e a cultura sem dissociar uma coisa da outra.

3. Considerações finais

É possível perceber que pouco a pouco a modalidade vai ganhando força nas camadas de competições oficiais, mas o progresso do FF está inerente ao progresso de valores culturais da sociedade, sobretudo no que diz respeito às discussões de gênero, não necessariamente atreladas ao esporte.

Cabe, portanto, aos profissionais de educação física compreender que o conteúdo ministrado dentro da escola não deve ser isolado de discussões que fazem parte da emancipação cultural da sociedade, e buscarem métodos de ensino aprendizagem que não exaltem nenhum tipo de segregação.

É longa a história de luta por igualdade e inserção da mulher em ditos espaço masculino, e a disciplina de educação física escolar mostra-se como importante ferramenta para contribuir com uma educação libertária, não discriminatória, que naturalmente atribui o mesmo valor de gênero, consequentemente o mesmo valor ao desporto masculino e feminino.

Referências Bibliográficas

_____. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a prática*. Goiânia. Vol. 8, n. 1 (jan./jun. 2005), p. 85-100, 2005a.

_____. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005b.

<<http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/2016/05/futuro-sem-martas-brasil-sofre-em-busca-de-base-no-futebol-feminino.html>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

BASTOS, Paula Viotti; NAVARRO, Antonio Coppi. O futsal feminino escolar. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 1, n. 2, 2009.

BETTI, Mauro et al. A janela de vidro: esporte, televisão e educação física. 1997.

BRASIL, Base Nacional Curricular Comum. Educação é a base. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>> Acesso em 20 mai. 2018.

BRASIL, Lei de Diretrizes. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, v. 5, 1997.

BRASIL, M. E. C.; DICEI, SEB. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, M. E. C.; DICEI, SEB. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, Parâmetro Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC-Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

CASTELLANI FILHO, Lino. Esporte e mulher. *Motrivivência*, n. 2, p. 87-92, 1989.

CBF. Manual do Licenciamento. Conceitos, Prazos e Critérios Técnicos. Temporada 2018. Disponível em: <https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201709/20170915200443_0.pdf>. Acesso em 20 mai. 2018.

CBF. Manual do Licenciamento. Conceitos, Prazos e Critérios Técnicos. Temporada 2018. Disponível em: <https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201709/20170915200443_0.pdf>. Acesso em 20 mai. 2018.

Futuro sem Martas? Brasil sofre em busca de base no futebol feminino. Disponível em: MASSUCATO, José Geraldo; HATA, Mário. Uma abordagem da participação esportiva feminina. *Revista Paulista de Educação Física*, v. 3, n. 4, p. 17-30, 1989.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Marcia. As narrativas sobre o futebol feminino o discurso da mídia impressa em campo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 26, n. 2, 2008.

NACIONAIS, Parâmetros Curriculares. educação física. Brasília: MEC/SEF, v. 7, 1997.

NEVES, J. C; FAGUNDES, G. H. *Caminhos e desafios do futebol feminino na escola*. 2012. 27 p. Monografia (Licenciatura no Curso de Educação Física) - Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2012.

RUBIO, Katia; SIMÕES, Antônio Carlos. De espectadoras a protagonistas- A conquista do espaço esportivo pelas mulheres. *Movimento*, v. 5, n. 11, p. 50, 1999.

SARDINHA, Esperança Machado. A estrutura do futebol feminino no brasil. *Hórus*, v. 6, n. 1, p. 92-110, 2017.

SOUZA JÚNIOR, O. M. *Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade*. 2013. 314 p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 2013.

4 ● Simpósio Internacional de Estudos sobre Futebol



SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira; DARIDO, Suraya Cristina. A prática do futebol feminino no ensino fundamental. Motriz. Journal of Physical Education. UNESP, v. 8, n. 1, p. 01-09, 2002.

